



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Christiane Souza Viana Najar

**COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO INSTRUMENTO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**
Um estudo dos projetos Cotton-4 e Pró-Savana

Brasília

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Christiane Souza Viana Najar

**COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO INSTRUMENTO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**

Um estudo dos projetos Cotton-4 e Pró-Savana

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais de Brasília como exigência final à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristina Yumie Aoki Inoue

Brasília

2014

Christiane Souza Viana Najar

**COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO INSTRUMENTO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**

Um estudo dos projetos Cotton-4 e Pró-Savana

Aprovada em: 11/12/2014

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Cristina Yumie Aoki Inoue
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Danielly Silva Ramos Becard

Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes

RESUMO

A promoção do desenvolvimento sustentável se apresenta como um dos grandes desafios da sociedade moderna. Buscando-se repensar o modelo de desenvolvimento vigente, em especial, nos países do Sul, a Cooperação Sul-Sul é uma estratégia de cooperação técnica internacional que visa auxiliar os países em desenvolvimento a promoverem mudanças estruturais tanto no campo econômico, quanto no campo social. Esta cooperação de caráter mais horizontal entre os países do Sul se baseia no reconhecimento de que existem características semelhantes e desafios comuns compartilhados por esses países. Dessa forma, este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre a Cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento sustentável, observando em que medida o esforço conjunto dos países do Sul contribui para a sustentabilidade. Além disso, deve-se ressaltar que o desenvolvimento sustentável será entendido em suas quatro dimensões: econômica, ambiental, social e cultural. Objetiva-se observar, também, a relação Brasil-África na área de agricultura por meio da análise dos projetos Cotton-4 e Pró-Savana.

Palavras-chave: 1. Cooperação Sul-Sul; 2. Cooperação técnica; 3. Desenvolvimento sustentável; 4. Países do Sul; 5. Países em desenvolvimento; 6. Países emergentes; 7. Brasil; 8. África; 9. Cotton-4; 10. Pró-Savana.

ABSTRACT

The sustainable development is one of the great challenges of modern society. Seeking to rethink the current development model, especially in Southern countries, South-South Cooperation is an international technical cooperation strategy to assist developing countries to promote structural changes both in the economic field, and in the social field. This horizontal cooperation among Southern countries is based on the recognition that there are similar features and common challenges shared by those countries. Thus, this research aims to analyze the relationship between the South-South cooperation and sustainable development, noting to what extent the joint effort of the South contributes to sustainability. It should also be noted that sustainable development will be understood in its four dimensions: economic, environmental, social and cultural. It also aims to observe the Brazil-Africa relationship in agriculture through the analysis of the Cotton-4 and Pro-Savannah projects.

Keywords: 1. South-South Cooperation; 2. Technical cooperation; 3. Sustainable development; 4. Southern countries; 5. Development countries; 6. Emerging countries; 7. Brazil; 8. Africa; 9. Cotton-4; 10. Pro-Savannah.

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Desenvolvimento Sustentável.....	10
2.1. Conceito.....	10
2.1.1. Os quatro pilares do desenvolvimento sustentável	13
2.2. Outras perspectivas	15
2.3. Desafios	18
3. Cooperação Sul-Sul.....	20
3.1. Cooperação para o Desenvolvimento.....	20
3.2. Conceito e histórico da Cooperação Sul-Sul	21
3.3. Motivações da Cooperação Sul-Sul	24
3.4. Críticas à noção de horizontalidade	26
3.5. A Cooperação Sul-Sul como instrumento para o Desenvolvimento Sustentável	27
4. Cooperação Brasil-África e o Desenvolvimento Sustentável: contribuições e desafios	29
4.1. Projetos Estruturantes.....	31
4.1.1. Cotton-4	32
4.1.1.1. Interesses das partes	34
4.1.1.2. Desafios e contribuições	35
4.1.1.3. Resultados e segunda fase do projeto: Cotton-4 + Togo	36
4.1.2. Pró-Savana	37
4.1.2.1. Críticas ao projeto	39
4.1.2.2. Perspectivas futuras	40
5. Conclusão	42
6. Referências	44

1. Introdução

A partir da década de 1960, com a onda de independências de países até então colonizados, novos atores entraram para o cenário internacional e novos temas, voltados para os países do Sul, passaram a fazer parte dos fóruns de discussão. Assim, um dos eixos orientadores da nova agenda internacional passou a ser a promoção do desenvolvimento, especialmente nestes países (IPEA; ABC, 2010).

Na década de 1970, experiências positivas nos países do Sul, as quais poderiam ser compartilhadas com demais países com características semelhantes, fizeram com que a Organização das Nações Unidas (ONU) passasse a fomentar o conceito de cooperação técnica entre estes países, dando força a essa nova visão de cooperação horizontal ou Cooperação Sul-Sul (ABC, 2012). Assim, tem-se destacado este esforço de cooperação, não mais baseado na clivagem Norte-Sul, e sua relação com a promoção do desenvolvimento, e aqui será usada a definição de desenvolvimento sustentável, entendido em suas quatro dimensões: econômica, ambiental, social e cultural.

Dessa forma, a Cooperação Sul-Sul parece possuir certo potencial como um importante instrumento auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável uma vez que não se fundamenta no tradicional diálogo Norte-Sul, marcado por uma relação vertical que privilegia as grandes potências. Ao contrário, visa a uma cooperação horizontal entre países com problemas semelhantes, o que facilita o intercâmbio de conhecimentos técnicos (ABC, 2012). Nesse sentido, o Brasil tem sido um importante agente na promoção de políticas voltadas para a Cooperação Sul-Sul e, portanto, sua relação com a África será um dos focos desta pesquisa, dentro de uma análise geral acerca do papel da Cooperação Sul-Sul como estratégia para o desenvolvimento sustentável. Deve-se ressaltar ainda que este trabalho não pretende desmerecer a eficácia da Cooperação Norte-Sul, mas apenas apresentar um mecanismo alternativo e complementar, mostrando que tanto a Cooperação Norte-Sul quanto a Cooperação Sul-Sul podem, e devem, coexistir.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação entre a Cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento sustentável. Tendo em vista que ainda há, relativamente, poucos trabalhos acerca da Cooperação Sul-Sul e suas contribuições, especialmente aqueles que se distanciem do discurso oficial brasileiro, além do pouco consenso quanto à sua real eficácia na promoção do desenvolvimento sustentável, o desenho de pesquisa desenvolvido neste estudo foi do tipo exploratório, indicado para casos em que há

pouco conhecimento sobre o tema a ser estudado. Ademais, foi utilizada como método de coleta de dados a análise de conteúdo. Para isso, foram analisados documentos, levando-se em conta tanto fontes primárias – como discursos e documentos oficiais do governo –, quanto fontes secundárias – publicações em periódicos, livros, notícias, entre outros. Foi priorizada, ainda, a utilização de fontes mais recentes e diversificadas, de forma a dialogar com ideias de diferentes autores. Ainda assim, deve-se ressaltar a dificuldade em se encontrar dados relativos aos projetos de Cooperação Sul-Sul aqui analisados¹, especialmente no que se refere aos resultados efetivos de sua implementação.

Faz-se importante, ainda, apresentar uma breve distinção conceitual entre as expressões “países em desenvolvimento”, “países emergentes” e “países do Sul”, e justificar a preferência pelo uso da última expressão neste trabalho. Muitas vezes, essas três expressões são utilizadas como sinônimos, mas, apesar de serem muito próximas, referem-se a categorizações diferentes. O termo “países em desenvolvimento” começou a ser utilizado em substituição à expressão “países subdesenvolvidos” devido à carga negativa que este termo implicava. Passaram a ser chamados países em desenvolvimento, então, aqueles países que ainda precisam de algum tipo de assistência para promover o seu desenvolvimento. Alguns países desse grupo se destacaram por apresentarem um rápido ritmo de crescimento econômico e industrialização, e convencionou-se chamá-los países emergentes. Este grupo mais restrito de países tem se tornado cada vez mais importante para o cenário internacional, com destaque para Brasil, Rússia, Índia e China (REYNOLDS, [2014]). No entanto, percebe-se uma falta de critérios claros para identificar os países pertencentes a cada uma dessas categorias. Critérios econômicos e de desenvolvimento humano são os mais citados, mas nem sempre são suficientes (WASSERMANN, 2010). Por isso, neste trabalho, há a preferência pela utilização do termo “países do Sul”, abrangendo países em desenvolvimento, países emergentes e, ainda, os países menos desenvolvidos do Sul global² (ARAÚJO, 2013).

¹ Projeto Cotton-4 (Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do Cotton-4 – Chade, Mali, Burkina Faso e Benin); e Projeto Pró-Savana (Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais em Moçambique).

² O chamado Sul Global é entendido por Araújo (2013) não, necessariamente, como países do hemisfério Sul, mas também como “outros países em desenvolvimento e regiões com as quais o Brasil atua por novas possibilidades de integração, comércio, cooperação técnica, política, cultural e econômica” (ARAÚJO, 2013, P. 15).

Quanto ao conceito de Cooperação Sul-Sul, deve-se destacar ainda a falta de consenso na literatura, não existindo, assim, uma única definição do termo. Para alguns autores, a Cooperação Sul-Sul é entendida como uma “modalidade da cooperação internacional para o desenvolvimento” (KLEMIG, 2014, p. 53). Já para outros, essa visão é limitada, pois não considera a totalidade de fluxos envolvidos nas relações Sul-Sul. Assim, de acordo com Leite (2012, p. 1-37 apud KLEMIG, 2014, p.53), a Cooperação Sul-Sul seria um “amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento que envolvem barganha coletiva em negociações multilaterais, intercâmbio de políticas, fluxos de comércio, entre outros”. Tal concepção leva em conta a existência de diversas modalidades de interações Sul-Sul, como a cooperação financeira, a assistência humanitária e a cooperação técnica (PUENTE, 2010). A Cobradi (Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional) considera como modalidades da Cooperação Sul-Sul: a cooperação técnica; a cooperação educacional; a cooperação científica e tecnológica; a cooperação humanitária; o apoio e proteção a refugiados; as operações de manutenção da paz; e os gastos com organismos internacionais (IPEA; ABC, 2013). A modalidade de cooperação priorizada por este trabalho será a cooperação técnica, por ser uma das principais modalidades brasileiras (IPEA; ABC, 2013) e por ser a única que possui uma agência responsável – Agência de Cooperação Brasileira (ABC) –, facilitando a coleta de dados (KLEMIG, 2014).

A primeira parte deste trabalho trata da definição e do histórico do desenvolvimento sustentável, bem como de suas divergências conceituais. Será enfatizada a definição trazida pelo Relatório Brundtland: “desenvolvimento sustentável é um processo que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (BARBOSA, 2008). Tal definição baseia-se nos pilares econômico, ambiental e social do desenvolvimento sustentável, destacando-se, ainda, a necessidade da incorporação de um quarto pilar: o cultural. Este último se mostra essencial para os projetos de Cooperação Sul-Sul, devido à importância de se levar em conta as particularidades históricas e culturais dos países do Sul, algo que, muitas vezes, acaba sendo desconsiderado pela cooperação tradicional Norte-Sul (DIEGUES, 1992). O pilar cultural ganha destaque, ainda, pela urgente necessidade de uma transformação cultural, implicando a substituição de uma cultura de consumo por uma cultura de sustentabilidade (ASSADOURIAN, 2013). Assim, a definição de desenvolvimento sustentável que guiará esta pesquisa tem como base os

pilares do crescimento econômico, da preservação ambiental, da equidade social e da diversidade cultural. Por fim, são apresentados alguns dos principais desafios enfrentados pela sociedade moderna para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A segunda parte deste trabalho, por sua vez, aborda o histórico da Cooperação Sul-Sul, partindo do final da década de 1940, com a cooperação para o desenvolvimento, até os primeiros esforços por uma cooperação horizontal, na década de 1970. Frente à falta de consenso acerca da definição de Cooperação Sul-Sul, optou-se por utilizar o conceito trazido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual destaca o papel dos países emergentes e a importância de uma ação conjunta para se enfrentar desafios comuns. Apesar dos limites e críticas que tal conceito pode suscitar, sua escolha se deve ao fato de este enfatizar o papel das características semelhantes e dos desafios comuns enfrentados pelos países do Sul. Ressalta-se, ainda, a identidade entre os países do Sul, que se reconhecem como parceiros para o desenvolvimento, além de serem apontadas as principais motivações – declaradas ou encobertas – que levam esses países a se engajarem na Cooperação Sul-Sul. Apesar de esta se contrapor à ideia da verticalidade presente na cooperação tradicional, são apresentadas críticas à noção de horizontalidade embutida no conceito de Cooperação Sul-Sul. Em seguida, destacam-se algumas das condições necessárias para que a Cooperação Sul-Sul possa vir a funcionar como um instrumento complementar para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Por fim, tendo definido o que este trabalho entende por desenvolvimento sustentável e Cooperação Sul-Sul, a última parte desta pesquisa traz algumas das características da cooperação Brasil-África para o desenvolvimento sustentável, assim como os principais fatores que incentivam tal relação, sendo eles o passado histórico de colonização e escravidão, os desafios comuns e as características semelhantes (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011). Com foco na área da agricultura, são analisados dois projetos de cooperação, por meio dos quais se busca observar a relação entre Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento sustentável: o Projeto Cotton-4 (Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do Cotton-4); e o Projeto Pró-Savana (Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais em Moçambique). O primeiro projeto apresenta características que parecem estar mais de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável, enquanto que o segundo ainda recebe muitas críticas quanto a sua implementação.

2. Desenvolvimento Sustentável

Durante a segunda metade do século XX, a humanidade passou por uma crise social e ambiental que fez a comunidade internacional se questionar acerca da escassez dos recursos naturais (BARBOSA, 2008). A Crise do Petróleo, iniciada na década de 1970, foi um dos eventos que alertou para a necessidade de se racionar tais recursos e despertou, principalmente, o temor dos países em desenvolvimento (DIEGUES, 1992). Assim, em resposta à crise socioambiental vivida no final do século XX, e após inúmeros debates acerca do modelo de desenvolvimento vigente até então, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1987, a Comissão divulgou o documento *Nosso Futuro Comum* – ou como ficou mais conhecido, *Relatório Brundtland* –, o qual definiu e consagrou a expressão “desenvolvimento sustentável” (BARBOSA, 2008).

2.1. Conceito

Nos anos 1970, a preocupação com a escassez de recursos naturais fez com que o conflito entre meio ambiente e crescimento econômico se tornasse mais evidente. Um dos marcos do período foi a publicação do Relatório Meadows, também conhecido como Relatório do Clube de Roma, em 1972. O relatório, que identificou os limites ambientais e as principais ameaças à sobrevivência do planeta, fez com que a discussão ficasse ainda mais polarizada. De acordo com o Relatório Meadows, o crescimento econômico deveria ser contido, caso contrário haveria sérios impactos negativos para a qualidade de vida devido ao esgotamento dos recursos naturais e aos efeitos da poluição (ROMEIRO, 2012). Apesar das críticas que recebeu, o relatório teve forte influência sobre o debate na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo (1972), cujos resultados levaram à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (GALLO et al., 2012)

Foi, ainda, a partir do Relatório do Clube de Roma, que surgiram duas grandes correntes: os desenvolvimentistas, para os quais se devia buscar o crescimento econômico a todo custo; e os chamados “zeristas”, defensores do crescimento zero. Na tentativa de encontrar uma opção alternativa aos dois grupos, começou a ser pensado o conceito de desenvolvimento sustentável, que surgiu, primeiramente, com o nome de ecodesenvolvimento. Para os ecodesenvolvimentistas, era possível manter certo grau de

crescimento econômico sustentado e, ao mesmo tempo, garantir a melhoria das condições sociais e a preservação do meio ambiente. Assim, passou-se a defender o planejamento de políticas públicas capazes de associar o crescimento econômico à distribuição de renda, de forma a impedir que apenas uma minoria fosse beneficiada pelo crescimento. Tais políticas deveriam, ainda, estar de acordo com a eficiência ecológica e com a redução dos riscos ao meio ambiente (ROMEIRO, 2012).

Esse novo modelo de desenvolvimento baseado em princípios ecológicos e de sustentabilidade, foi proposto, inicialmente, por Maurice Strong, em 1973, mas foi Ignacy Sachs quem formulou as seis diretrizes básicas que deveriam guiar as políticas de promoção do desenvolvimento:

- a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as futuras gerações; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e f) programas de educação (BRUSEKE, 1998, p. 31 apud SOBRINHO, 2008, p. 87).

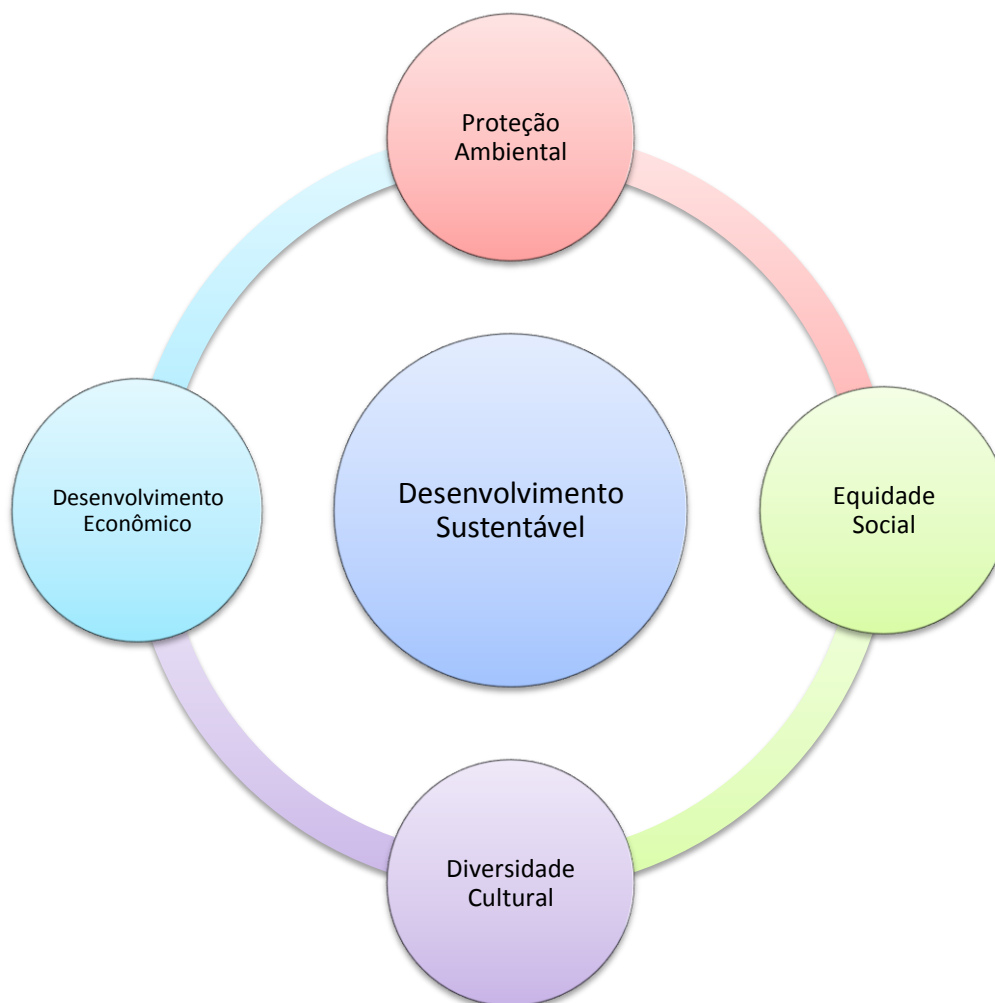
Foi em meio às ideias e propostas trazidas pelo ecodesenvolvimentismo que, em 1983, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução estabelecendo a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Tal Comissão tinha três objetivos principais: a) examinar a tensão existente entre desenvolvimento e meio ambiente, a fim de elaborar soluções viáveis; b) propor novas formas de cooperação internacional como meio de se atingir as mudanças necessárias; e c) promover a conscientização e o engajamento de todos os setores da sociedade nas questões relativas ao desenvolvimento e ao meio ambiente (VIEIRA, 2008). Dos resultados dessa Comissão originou-se o documento *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland*, cuja grande contribuição foi a definição de desenvolvimento sustentável – expressão que passou, então, a predominar nos debates, em substituição ao termo ecodesenvolvimento (ROMEIRO, 2012).

Desde então, apesar de ainda não haver consenso acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, uma das grandes referências é a definição trazida pelo *Relatório Brundtland*, firmada na Agenda 21 (Rio 92). De acordo com este relatório, o desenvolvimento sustentável é um processo que “satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias

necessidades” (BARBOSA, 2008). De acordo com Barbosa (2008), esta definição de desenvolvimento sustentável é questionável por não definir quais seriam as necessidades do presente e nem as do futuro. Além disso, o Relatório Brundtland também foi criticado por apontar como causas da insustentabilidade o descontrole populacional e a miséria dos países em desenvolvimento, não dando a devida atenção à poluição causada pelas grandes indústrias dos países desenvolvidos (BARBOSA, 2008).

Apesar das críticas, o conceito apresentado pelo Relatório Brundtland teve grandes contribuições e guiará esta pesquisa, especialmente, no que concerne à sua fundamentação em três pilares básicos: o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a equidade social. Além dos três pilares trazidos pelo relatório, será considerado ainda o pilar cultural, devido à necessidade de se considerar as particularidades de cada país na promoção do desenvolvimento sustentável.

Figura 1 - Os Pilares do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: elaborado pela autora.

2.1.1. Os quatro pilares do desenvolvimento sustentável

De acordo com o Relatório Brundtland, a promoção do desenvolvimento sustentável estaria sujeita aos limites impostos pela tecnologia existente na área de recursos ambientais e pela capacidade da biosfera de absorver os impactos causados pela ação humana. Ainda assim, no que se refere à *esfera econômica*, o Relatório Brundtland afirma que “tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de abrir caminho para uma nova era de crescimento econômico” (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987, p. 24).

O pilar da *preservação ambiental* trazido pelo Relatório Brundtland, por sua vez, reforçou a preocupação com o estilo de vida insustentável dos mais ricos, assim como o impacto do crescimento populacional sobre os recursos disponíveis. Dessa forma, de acordo com o Relatório, para se alcançar o desenvolvimento sustentável,

é necessário que os mais ricos adotem estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta – quanto ao consumo de energia, por exemplo. Além disso, [...] só se pode buscar o desenvolvimento sustentável se o tamanho e o aumento da população estiverem em harmonia com o potencial produtivo cambiante do ecossistema (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987, p. 25).

No que concerne ao pilar da *equidade social*, a Comissão entende que a pobreza não é uma condição inevitável e, portanto, o desenvolvimento sustentável deve possibilitar que todos tenham as mesmas oportunidades de alcançar suas aspirações de vida. Segundo o Relatório,

o atendimento das necessidades básicas requer não só uma nova era de crescimento econômico para as nações cuja maioria da população é pobre, como a garantia de que esses pobres receberão uma parcela justa dos recursos necessários para manter esse crescimento. Tal equidade seria facilitada por sistemas políticos que assegurassem a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões e por processos mais democráticos na tomada de decisões em âmbito internacional (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987, p. 25).

Além das considerações trazidas pelo Relatório Brundtland, outros estudiosos também buscaram definir esses três pilares. Para Estender e Pitta (2008), de forma geral, o *pilar econômico* engloba os conceitos de capital econômico, humano e intelectual, e deve-se buscar a sustentabilidade pensada em longo prazo. O *pilar ambiental* diz respeito aos impactos que as ações humanas têm sobre o capital natural, buscando formas de tornar sustentáveis tais ações. E, por fim, o *pilar social* também considera o capital humano, mas com foco em saúde, habilidades e educação. Apesar dos esforços para definir os pilares da sustentabilidade, os autores enfatizam que a maior dificuldade não está em elaborar o conceito de desenvolvimento sustentável, mas sim em colocá-lo em prática (ESTENDER; PITTA, 2008).

Diante dos objetivos desta pesquisa, é importante, ainda, acrescentar um quarto pilar: o *cultural*. Para Diegues (1992), é necessário pensar o problema global não apenas em termos de desenvolvimento sustentável, mas, principalmente, sob a perspectiva de sociedades sustentáveis. De acordo com o autor, cada sociedade deve estruturar seu próprio plano de sustentabilidade, segundo suas próprias tradições culturais. Cada sociedade possui suas próprias particularidades, assim como sua diversidade ecológica, biológica e cultural. Uma das críticas dirigidas ao Relatório Brundtland é o fato de ele ignorar as contradições internas dos países em desenvolvimento, além de não levar em conta as relações desiguais de poder às quais esses países estão submetidos no sistema internacional (DIEGUES, 1992).

Além da necessidade de se respeitar as particularidades culturais de cada sociedade, o pilar cultural também é importante por sua potencial capacidade transformadora. Diante da realidade em que a sociedade moderna é regida pela cultura do consumismo e do desperdício, é essencial promover uma mudança nos padrões de comportamento por meio da propagação de uma cultura de sustentabilidade (ASSADOURIAN, 2013). As economias industriais, os meios de produção e os padrões do consumismo já têm se mostrado incapazes de se sustentar. O desenvolvimento sustentável só poderá ser plenamente concretizado quando houver uma grande transformação cultural que ponha fim à sociedade do consumo e aos valores e padrões de vida atuais.

Portanto, os quatro pilares do desenvolvimento sustentável que guiarão esta pesquisa são eles: *econômico, ambiental, social e cultural*.

Tabela 1 - Quadro-resumo dos pilares econômico, ambiental, social e cultural do desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento Sustentável			
Pilar Econômico	Pilar Ambiental	Pilar Social	Pilar Cultural
<ul style="list-style-type: none"> - Gerência e aprimoramento da <i>tecnologia</i> e da <i>organização social</i> a fim de possibilitar uma nova era do crescimento econômico; - Capital <i>econômico, humano e intelectual</i>; - Sustentabilidade pensada em <i>longo prazo</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação dos <i>recursos naturais</i>; - Adoção de <i>estilos de vida compatíveis</i> com os recursos ecológicos do planeta; - Harmonia entre o <i>tamanho (e aumento) da população</i> e o <i>potencial produtivo dos ecossistemas</i>; - Mitigação dos impactos das <i>ações antrópicas</i> sobre o meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Combate à <i>pobreza</i>; - <i>Equidade social</i>; - Oportunidades <i>iguais</i>; - Distribuição <i>justa</i> de renda; - Atendimento das <i>necessidades básicas</i>; - Capital humano, com foco em <i>saúde, habilidades e educação</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Respeito às <i>particularidades culturais</i> de cada sociedade; - Diversidade <i>biológica, ecológica e cultural</i>; - Substituição da cultura do consumismo por uma <i>cultura de sustentabilidade</i>.

Fonte: elaborado pela autora com base em World Commission On Environment And Development (1987); Estender e Pitta (2008); Diegues (1992); e Assadourian (2013).

2.2. Outras perspectivas

Além dos quatro pilares que embasam esta pesquisa (econômico, ambiental, social e cultural), é importante destacar que outros autores consideram, ainda, diferentes esferas do desenvolvimento sustentável. Ignacy Sachs é uma das referências quando se trata do conceito de desenvolvimento sustentável por trazer novas perspectivas a respeito do mesmo. Em suas obras, Sachs definiu as chamadas dimensões da sustentabilidade. Inicialmente, destacava cinco delas, mas em obras mais recentes, desenvolveu oito dimensões: social; cultural, ecológica, ambiental; territorial; econômica; política (nacional); e política (internacional) (LAMIM-GUEDES, 2012).

Segundo Sachs, a dimensão da *sustentabilidade social* se refere à distribuição de renda justa, ao pleno emprego e às mesmas oportunidades de acesso aos recursos e serviços sociais (LAMIM-GUEDES, 2012). Tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população e implica a promoção de um desenvolvimento baseado em políticas distributivas, de forma a mitigar os problemas da desigualdade e da inclusão social (BARBOSA, 2008).

A *dimensão cultural*, por sua vez, é referente ao respeito pelas particularidades de cada sociedade, equilibrando tradição e inovação para a construção de um projeto nacional próprio, e não baseado em modelos externos (LAMIM-GUEDES, 2012).

A *dimensão ecológica* diz respeito à preservação dos recursos naturais renováveis e ao uso limitado dos recursos não renováveis (LAMIM-GUEDES, 2012). Tem como objetivo, assim, a manutenção dos estoques dos recursos naturais utilizados pelos meios de produção (BARBOSA, 2008).

Já a *dimensão ambiental* ressalta a necessidade de se pensar a ação humana respeitando a capacidade dos ecossistemas naturais de promoverem a sua autorrecuperação (LAMIM-GUEDES, 2012). Dessa forma, enquanto a dimensão ecológica leva em conta a preservação dos recursos naturais, a dimensão ambiental chama a atenção para a capacidade de sustentação dos ecossistemas frente às ações antrópicas (BARBOSA, 2008).

Para Sachs, deve ser levada em conta, ainda, a *dimensão territorial*, a qual se refere à configuração balanceada entre o meio urbano e o meio rural, à melhoria do espaço urbano, assim como à mitigação das diferenças inter-regionais. Além disso, a dimensão territorial implica o desenvolvimento de estratégias ambientalmente seguras (LAMIM-GUEDES, 2012).

No que concerne à *dimensão econômica*, Sachs ressalta a importância de um desenvolvimento econômico equilibrado, acompanhado de segurança alimentar, produção científica, modernização e inovação tecnológica, além da participação, de forma soberana, na economia internacional (LAMIM-GUEDES, 2012). Está relacionada a uma gestão eficiente dos recursos e tem como característica a regularidade de fluxos de investimento público e privado (BARBOSA, 2008).

Quanto à *dimensão política*, esta era considerada por Sachs o processo de construção da cidadania, acompanhado pela incorporação dos indivíduos ao processo de desenvolvimento como um todo (BARBOSA, 2008). Com a definição das oito dimensões da sustentabilidade, Sachs dividiu a dimensão política em nacional e internacional. Assim, a *dimensão da política nacional* se refere à existência de um nível mínimo de coesão social, à capacidade do Estado de desenvolver e implementar seu próprio projeto nacional, e à “democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos” (LAMIM-GUEDES, 2012, p. 230).

Por fim, a *dimensão da política internacional*, de acordo com Sachs, deve ser

baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade (LAMIM-GUEDES, 2012, p. 230).

A divisão de Sachs vem sendo bastante utilizada nos estudos de sustentabilidade por abranger importantes aspectos do desenvolvimento sustentável de forma ampla e bem definida. No entanto, há ainda a visão de outros autores que contrapõem a de Sachs. Schumacher, por exemplo, considera apenas três dimensões da sustentabilidade: *ambiental, econômica e pessoal*. Além da abrangência mais limitada, esta visão diferencia-se da de Sachs, especialmente, no que se refere ao fator ambiental. Enquanto para Sachs, a dimensão ambiental está relacionada à capacidade de recomposição dos ecossistemas, para Schumacher, tal dimensão relaciona-se ao uso racional de recursos naturais (BARBOSA, 2008), visão esta que pode ser considerada equivalente à dimensão ecológica de Sachs.

Alguns autores consideram, ainda, outras dimensões do desenvolvimento sustentável. Barbosa (2008) acrescenta a *dimensão da sustentabilidade urbana*. Segundo o autor, “o desenvolvimento está diretamente ligado à vida das cidades” (BARBOSA, 2008, p. 9), por isso, é fundamental a existência de uma infraestrutura capaz de acompanhar o crescimento urbano. Por sustentabilidade urbana, entende-se a capacidade de as políticas urbanas se adaptarem às necessidades da população, levando em conta o uso racional de recursos naturais e a preservação ambiental. Ademais, os direitos básicos – como o direito à saúde, à alimentação e à educação – devem ser garantidos a toda a população de forma igualitária.

Os diferentes pensamentos acerca do desenvolvimento sustentável, assim como as variadas dimensões que lhe são atribuídas, evidenciam a falta de consenso quanto à

sua conceituação. São tantas as divergências de opinião, visão e interesses, que Whitacker (2013) acredita que o desenvolvimento sustentável pode ser mais bem entendido como uma ideia, e não como um conceito, uma vez que não se trata de um conceito acabado, mas sim de uma ideia proposta ainda em construção. Tal posicionamento pode ser explicado, em parte, pelo fato de que as discussões acerca do desenvolvimento sustentável ainda são caracterizadas por uma grande pluralidade de perspectivas que, em geral, reafirmam, complementam ou questionam o conceito apresentado pelo Relatório Brundtland (MARCONATTO et al., 2013).

2.3. Desafios

Após 1987, com a divulgação do Relatório Brundtland, os termos “sustentabilidade” e “sustentável” passaram a ser usados com muito mais frequência, não apenas para se referir ao desenvolvimento sustentável de um país, mas também como referência à sustentabilidade de eventos, empresas e produtos das mais diversas áreas. No entanto, a utilização tão frequente, e às vezes até inapropriada, desses termos acaba comprometendo o seu real sentido e impacto ao criar a falsa crença de que o mundo já se encontra no caminho certo para alcançar a sustentabilidade (ENGELMAN, 2013).

A ideia de que fazer algo “um pouco melhor” pelo meio ambiente irá garantir o futuro sustentável do planeta é equivocada, afinal são necessárias mudanças muito maiores do que as que têm ocorrido (ENGELMAN, 2013). Promover um desenvolvimento sustentável de forma eficaz, garantindo a observação dos pilares econômico, ambiental, social e cultural, pode ser entendido como um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade moderna. Muitas são as barreiras impostas à implementação do desenvolvimento sustentável em suas quatro dimensões (BATISTA; ALBUQUERQUE, 2007), fazendo-se necessário identificar, avaliar e superar cada uma delas.

Um dos principais desafios impostos à promoção do desenvolvimento sustentável diz respeito ao uso compartilhado de bens do planeta. Além do fato de os recursos naturais não estarem sendo utilizados de forma racional e sustentada, a distribuição de seus benefícios ocorre de modo desigual e injusto (BATISTA; ALBUQUERQUE, 2007). As economias industriais colocaram o homem em uma situação de crescente dependência dos recursos não renováveis e, mesmo frente aos

sinais da escassez, a cultura do “descartável” continua sendo a base do sistema econômico vigente (GARDNER, 2013).

Tal cenário está relacionado ao estilo de vida altamente consumista da sociedade moderna, que beneficia apenas uma pequena parcela da população a um alto custo social e ambiental. Para sustentar esse consumismo exacerbado, os recursos naturais estão sendo explorados além da capacidade de os ecossistemas se recuperarem, comprometendo o futuro do planeta (MOORE; REES, 2013). Dessa forma, uma das grandes dificuldades enfrentadas é encontrar uma maneira de mudar o atual paradigma de consumo. Os esforços para a promoção do desenvolvimento sustentável devem ter como meta a conscientização e a renovação de padrões de comportamento, substituindo a cultura do consumismo por uma cultura de sustentabilidade (ASSADOURIAN, 2013).

Outra barreira à promoção do desenvolvimento sustentável é o fato de as sociedades atuais terem pouca participação nas decisões políticas (BATISTA; ALBUQUERQUE, 2007). De acordo com Leach (2013), o desafio da sustentabilidade é um desafio inerentemente político e, portanto, torna-se imprescindível a abertura das estruturas políticas, de forma a possibilitar uma maior deliberação participativa e a mobilização da sociedade. Isso porque a esfera política, tanto nacional quanto internacional, relaciona-se diretamente aos diversos problemas econômicos, sociais e ambientais que precisam ser resolvidos rapidamente a fim de se alcançar a sustentabilidade (LEACH, 2013).

Esses são apenas alguns dos desafios impostos à promoção do desenvolvimento sustentável. A própria falta de consenso acerca de sua definição torna-se um empecilho. Faz-se necessário uma reestruturação dos modos de produção acompanhada por uma transformação cultural a fim de se alcançar resultados positivos em termos de sustentabilidade. Não é possível afirmar que as perspectivas de mudança sejam otimistas, afinal não é uma tarefa fácil mudar uma cultura já tão arraigada na sociedade moderna. No entanto, reafirma-se a importância de uma conscientização social rumo a uma cultura de sustentabilidade, onde todos os setores da sociedade estejam comprometidos com o desafio de promover o desenvolvimento, se não totalmente, mas em sua maior parte, sustentável.

3. Cooperação Sul-Sul

No cenário contemporâneo, em que os países em desenvolvimento e emergentes ocupam um espaço cada vez maior dentro do sistema internacional e que a preocupação com os problemas dos países do Sul tem aumentado de forma a estar presente nos principais foros de discussão, a problemática do desenvolvimento sustentável nesses países passou a fazer parte da agenda internacional.

Frente a essa necessidade de se alcançar o desenvolvimento em todas as suas esferas – econômica, ambiental, social e cultural –, diversos esforços têm sido feitos nesse sentido, destacando-se a Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento. Apesar de algumas controvérsias ainda permearem o tema, especialmente no que diz respeito à crítica que se faz à noção de horizontalidade tão vinculada à ideia de Cooperação Sul-Sul (INOUE; VAZ, 2012), tal concepção tem feito parte da política externa de diversos países do Sul, os quais já reconhecem a urgente necessidade de se unirem por meio de programas de cooperação técnica em busca de interesses comuns.

Considerando o cenário apresentado, destaca-se a importância da Cooperação Sul-Sul como uma estratégia alternativa à cooperação tradicional, por meio da qual os países do Sul agem conjuntamente a fim de promoverem um desenvolvimento, em alguma medida, sustentável.

3.1. Cooperação para o Desenvolvimento

A Cooperação para o Desenvolvimento é um conceito ainda recente nas relações internacionais. Teve seu surgimento no final da década de 1940 e esteve diretamente relacionada ao fim da Segunda Guerra Mundial e aos fatos que se seguiram após o fim da mesma, como: o desenvolvimento do Plano Marshall, a criação das Nações Unidas e de Bretton Woods e a onda de descolonização. As políticas de desenvolvimento eram, inicialmente, voltadas para a reconstrução da Europa no pós-guerra, mas com a recuperação do continente europeu e o surgimento de novos Estados, percebeu-se a necessidade de ampliar tais políticas e direcioná-las aos países em desenvolvimento (PUENTE, 2010).

Com o sucesso do Plano Marshall e a reconstrução da Europa, acreditava-se que o desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico. Assim, segundo Puente (2010), durante as décadas de 1950 e 1960, havia certo consenso de que o investimento

externo dos países doadores poderiam preencher as lacunas de capital existentes nos países em desenvolvimento e, assim, impulsionar a economia destes países. Além disso, a mão de obra ineficiente e as deficiências na área do conhecimento nos países em desenvolvimento seriam supridas por meio da assistência técnica. Dessa forma, a assistência externa era considerada, no período, essencial para a promoção do desenvolvimento (PUENTE, 2010).

No entanto, no início da década de 1970, começa a se tornar evidente que os investimentos externos de capital não são suficientes para dar o impulso necessário aos países do Sul. Ganham destaque, então, as teorias desenvolvimentistas, trazendo os fatores sociais para o centro da discussão sobre desenvolvimento. Dessa forma, variáveis como distribuição de renda, redução da pobreza, situação marginal da mulher e índices sociais básicos passam a ser incorporados à doutrina predominante da cooperação para o desenvolvimento (PUENTE, 2010). É neste período que começam a surgir os primeiros esforços por uma cooperação de caráter horizontal, em que tanto doadores quanto receptores sejam países em desenvolvimento, pensamento que seria a base da Cooperação Sul-Sul.

3.2. Conceito e histórico da Cooperação Sul-Sul

A Cooperação Sul-Sul, como é definida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012), “é um mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes em resposta a desafios comuns”. Assim, a Cooperação Sul-Sul tem como objetivo responder à necessidade de desenvolvimento humano, o qual não deve ser pautado apenas no crescimento econômico, mas também no aumento da qualidade de vida nos países do Sul (RAMPHAL, 1982).

Como mencionado, esta visão de cooperação para o desenvolvimento é ainda muito recente, tendo se destacado em meados da década de 1950, e a concepção de cooperação entre os países do Sul é ainda mais nova, ganhando força entre as décadas de 1960 e 1970. Inicialmente, a cooperação se dava apenas de forma vertical, baseada na clivagem Norte-Sul. No entanto, esta relação foi se desgastando, novos Estados surgiram e, com eles, cresceram os questionamentos acerca da ordem internacional vigente. Os países do Sul perceberam que a principal dicotomia existente nessa ordem seriam as prioridades distintas entre esses dois blocos. Houve, então, um aumento da

preocupação dos países do Sul em promover entre si uma maior cooperação que facilitasse o intercâmbio de conhecimento técnico entre eles (PUENTE, 2010).

A modalidade de cooperação enfatizada por este trabalho – a cooperação técnica – sempre constituiu um dos pilares da cooperação para o desenvolvimento, mas nunca de forma desinteressada pelos países doadores, especialmente, no que se refere às relações tradicionais Norte-Sul. Uma das críticas à cooperação técnica neste tipo de relação é não levar em conta as reais necessidades do país receptor, mas apenas as percepções e interesses do doador, reduzindo a eficácia do projeto de cooperação. Portanto, a cooperação técnica entre países do Sul demonstra os seus esforços de afirmação, buscando quebrar com a lógica da cooperação tradicional, prejudicial aos países em desenvolvimento (PUENTE, 2010).

Dessa forma, a cooperação técnica entre os países do Sul passou a ser um importante instrumento de promoção do desenvolvimento. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2012) define a cooperação técnica como a implementação de programas que “permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro”. Assim, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou, em 1978, o Plano de Ação de Buenos Aires sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento³, sendo este um dos marcos da Cooperação Sul-Sul nas Nações Unidas (PINO; LEITE, 2009).

O Plano de Ação de Buenos Aires marcou, assim, o início da promoção e da difusão do conceito de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, evidenciando a necessidade de complementar a cooperação tradicional com a Cooperação Sul-Sul. De acordo com Mendonça Júnior (2013), a cooperação técnica é caracterizada por três elementos originais: a transferência não comercial de técnicas e conhecimentos; o desnível quanto ao desenvolvimento alcançado por receptor e doador; e a execução de projetos em conjunto. Além disso, durante a década de 1990, no entanto, a cooperação técnica passou por um processo de mudança tanto em seu propósito quanto em sua metodologia, deixando de ser apenas uma transferência isolada de conhecimento, e se tornando um processo mais amplo com vistas a promover o desenvolvimento em todos os níveis da sociedade (MENDONÇA JÚNIOR, 2013).

³ Em 12 de setembro de 1978, delegações de 138 países em desenvolvimento se reuniram em Buenos Aires, capital da Argentina, para discutir a implementação de políticas de cooperação técnica entre os mesmos, ficando assim estabelecido o Plano de Ação de Buenos Aires sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, endossada pela AGNU em dezembro do mesmo ano (PNUD, 1994).

Assim, frente à convicção de que os países do Sul deveriam promover entre si uma maior harmonização por meio da cooperação técnica, os esforços para a Cooperação Sul-Sul passaram a ganhar cada vez mais destaque. Entre as potencialidades da Cooperação Sul-Sul está o fato de que os países tendem a levar em consideração as particularidades locais, possibilitando que a população local participe ativamente do projeto de desenvolvimento. Além disso, a Cooperação Sul-Sul se dá entre países que enfrentam problemas semelhantes, permitindo-lhes o compartilhamento de experiências e, conseqüentemente, acelerando o processo de desenvolvimento local (ZANELLA, 2012).

Ademais, pode-se dizer que a Cooperação Sul-Sul é pautada na identidade entre os países do Sul – os quais têm maior facilidade em se reconhecer como parceiros –; no respeito pela soberania dos mesmos – prezando pela não ingerência nos assuntos internos dos países parceiros –; e nas vantagens comparativas frente à cooperação tradicional Norte-Sul (DUNDA, 2012). Deve-se observar, no entanto, que essa identidade entre os países do Sul é relativa, podendo variar muito a depender dos países em questão. O fato de os países do Sul compartilharem algumas características semelhantes, como um histórico de colonização, não anula as inúmeras assimetrias existentes entre eles e, principalmente, não garante o seu reconhecimento como parceiros.

Por fim, a posição que vem sendo defendida pelo discurso oficial do governo brasileiro – especialmente no que se refere aos anos do governo Lula (2003-2010) – é a de que a Cooperação Sul-Sul, seria uma das formas mais eficazes e seguras pela qual os países do Sul podem alcançar o desenvolvimento humano sustentável (ABC, 2012). Segundo Pino e Leite (2009), três motivos principais fundamentam esta concepção: a maior aplicabilidade de soluções concebidas nos países do Sul; a possibilidade de se conseguir transferência de atividades de pesquisa de países do Sul de forma gratuita ou a baixo custo, o que não é possível com países do Norte; e a ausência ou grau reduzido de condicionalidades ligadas à assistência provida pelos países do Sul. Entretanto, apesar dos benefícios trazidos pela Cooperação Sul-Sul, essa afirmação acerca de sua eficácia na promoção do desenvolvimento sustentável parece precipitada e precisa ser mais bem fundamentada, uma vez que, com base na literatura existente, não é possível chegar a tal conclusão. Primeiro, porque o desenvolvimento sustentável não é um cenário que tenha se concretizado por completo e, segundo, porque não há evidências

claras de que a Cooperação Sul-Sul seja um instrumento eficaz aplicável a qualquer situação.

3.3. Motivações da Cooperação Sul-Sul

Apesar do discurso que está por trás da ideia de Cooperação Sul-Sul, acerca dos motivos puramente altruístas que levariam os países do Sul a cooperarem entre si, pode-se dizer que tais motivações estão tão imbuídas de interesses quanto a cooperação tradicional para o desenvolvimento. Identificar essas motivações nem sempre é uma tarefa fácil, uma vez que costumam se mostrar complexas e compostas por diversos elementos, além de variarem com o tempo e com os atores envolvidos (PUENTE, 2010).

As motivações dos países que prestam assistência podem ser divididas em dois tipos: motivos declarados e motivos encobertos. Os motivos declarados são aqueles do discurso oficial, que enfatizam os motivos éticos, altruístas e humanitários para se cooperar pelo desenvolvimento. Na cooperação tradicional, havia a ideia de que os países desenvolvidos, por se encontrarem em um estágio mais avançado de desenvolvimento, tinham a “obrigação moral” de ajudar os demais países a alcançar uma situação econômica e social mais justa. No que se refere à Cooperação Sul-Sul, os países do Sul negam este discurso pelo sentido pejorativo que os termos “ajuda” ou “assistência” poderiam tomar. No entanto, defendem o seu direito de receber uma parcela mais justa dos recursos globais e se utilizam deste discurso para justificar a Cooperação Sul-Sul pelo desenvolvimento (PUENTE, 2010).

Não se pode negar a existência dos motivos altruístas, mas certamente eles virão acompanhados por outras motivações baseadas em interesses próprios. Isso porque mesmo uma assistência motivada apenas pela moral já traria benefícios aos países doadores no longo prazo. Assim, mesmo na Cooperação Sul-Sul, podem ser percebidas as mais diversas motivações disfarçadas ou encobertas. Há, por exemplo, os motivos políticos, geoestratégicos e de segurança nacional. Essas motivações eram muito comuns durante a Guerra Fria, quando os países doadores escolhiam os países beneficiários com base em lealdades político-estratégicas. Ainda hoje, a preocupação com a segurança nacional faz com que os interesses políticos e estratégicos estejam presentes nos esforços de cooperação para o desenvolvimento, até mesmo entre os

países do Sul, como é o caso da China, com programas de cooperação obviamente motivados por afinidades políticas e interesses geoestratégicos (PUENTE, 2010).

Outro grande grupo de motivos encobertos por trás da cooperação para o desenvolvimento, inclusive da Cooperação Sul-Sul, são os motivos econômicos e comerciais. Na cooperação tradicional, muitas vezes, são estabelecidas pré-condições para a cooperação, como o comprometimento do país recipiendário em consumir produtos e serviços do país receptor. Apesar de uma das vantagens da Cooperação Sul-Sul ser, justamente, o fato de ela não apresentar essas mesmas condicionalidades, isso não significa a ausência de motivações econômicas e comerciais neste tipo de cooperação (PUENTE, 2010). Um exemplo, como será mostrado em detalhes mais adiante, é o caso do Projeto Cotton-4, por meio do qual o Brasil se comprometeu a intensificar o desenvolvimento do setor algodoeiro no Chade, Mali, Benin e Burkina Faso. Além das motivações altruístas, obviamente havia o interesse brasileiro nos preços deste setor no mercado internacional, assim como a repercussão no caso do Contencioso do Algodão⁴, dentro da Organização Mundial do Comércio (ALMEIDA, 2011).

Puente (2010) identifica ainda os motivos históricos e culturais, os quais, muitas vezes, estão presentes no próprio discurso oficial. Assim, a cooperação para o desenvolvimento pode ocorrer entre países que compartilham um histórico colonial, por exemplo, como é mais comum na cooperação tradicional, entre uma ex-metrópole e sua ex-colônia. Entre os países do Sul, as motivações históricas e culturais também podem estar relacionadas ao fato de esses países compartilharem uma região ou continente, tornando a cooperação necessária não apenas à promoção do desenvolvimento, mas também à resolução de problemas comuns. Tais motivações estão na base da cooperação entre Brasil e África, por compartilharem um passado de colonização e escravidão (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

Muitos outros motivos podem levar à cooperação para o desenvolvimento, tanto da forma tradicional quanto a Sul-Sul. Entre os mais recentes estão as considerações ambientais, com ênfase a partir, principalmente, da década de 1980; e os fluxos migratórios, com especial importância para os países da União Europeia. Por fim, os países recipiendários aceitam a cooperação pelos motivos óbvios de interesse nacional – progresso econômico e melhorias das condições sociais –, mas também por interesse da

⁴ Disputa comercial, iniciada em 2002, quando o Brasil denunciou os Estados Unidos por sua política de subsídios aos produtores de algodão, prática que foi considerada ilegal pela OMC (ALMEIDA, 2011).

elite governante, a qual pode se beneficiar da “ajuda externa” para alcançar objetivos internos e se manter no poder (PUENTE, 2010).

3.4. Críticas à noção de horizontalidade

Apesar de a Cooperação Sul-Sul aparecer nos discursos oficiais como uma cooperação que se dá horizontalmente, eliminando, assim, a ideia de uma possível hierarquia entre os países envolvidos, ainda há controvérsias quanto à horizontalidade da Cooperação Sul-Sul. De acordo com Puente (2010), mesmo em relações que envolvam apenas países do Sul, é muito difícil dizer que não há nenhum grau de verticalidade. Para o autor, a horizontalidade completa não parece facilmente alcançável nem mesmo em uma Cooperação Sul-Sul (PUENTE, 2010). Assim, por exemplo, para os autores Inoue e Vaz (2012), é possível observar o caso do Brasil e questionar se, nas suas relações com países do Sul, ele não estaria atuando com base em uma hierarquia e em interesses nacionais.

De fato, o Brasil tem-se mostrado um ator central nas iniciativas da Cooperação Sul-Sul. Um dos pilares da política externa brasileira é a cooperação técnica, por meio da qual o país tem importantes contribuições no que diz respeito à transferência de conhecimentos técnicos e de soluções que tiveram impacto positivo sobre o desenvolvimento nacional (PINO; LEITE, 2009). Entretanto, o discurso brasileiro de que seus esforços de cooperação não envolvem interesses econômicos ou políticos, mas apenas a solidariedade internacional, não deve ser totalmente aceito. É inegável a assistência que tem sido dada pelo Brasil a demais países do Sul e o impacto positivo que este tem causado, mas os interesses nacionais não devem, de forma alguma, ser desprezados. Além de suas contribuições para a Cooperação Sul-Sul, há a nova visão do Brasil como um “doador do Sul”, reproduzindo, de certa forma, a verticalidade das relações entre o Sul e o Norte (INOUE; VAZ, 2012).

Ainda assim, Puente (2010) propõe que há formas de se pensar a Cooperação Sul-Sul sem se basear inteiramente na ideia de que ela reproduz a verticalidade tradicional, até porque, tal esforço de cooperação tem trazido resultados significativos para o desenvolvimento. Por isso, a cooperação entre os países do Sul ainda pode, sim, ser vista como uma importante estratégia conjunta para a promoção do desenvolvimento sustentável (PUENTE, 2010).

3.5. A Cooperação Sul-Sul como instrumento para o Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável é uma das necessidades mais urgentes do século XXI. À busca pelo crescimento econômico aliam-se o desafio da erradicação da pobreza e da injustiça social, além dos esforços recentes pela preservação ambiental e mitigação das mudanças climáticas. A cooperação internacional para o desenvolvimento sempre foi um importante instrumento para impulsionar, de certa forma, o crescimento e o progresso econômico, mas alcançar o desenvolvimento aliado à sustentabilidade nos países do Sul é um desafio ainda maior. As técnicas e o conhecimento dos países do Sul têm assumido um papel essencial para se enfrentar os desafios primários do desenvolvimento e devem, portanto, ser compartilhados entre si (SUYAMA; LEITE, 2013). Por isso, a Cooperação Sul-Sul parece, em certa medida, colaborar para que se alcance resultados positivos em termos de sustentabilidade nos países em desenvolvimento.

Em primeiro lugar, a Cooperação Sul-Sul é uma importante estratégia devido à identidade comum que pode existir entre os países do Sul. Ao se perceberem como semelhantes, os países do Sul se sentem mais “confortáveis” com a cooperação, criando mais oportunidades de parcerias para a promoção do desenvolvimento sustentável (DUNDA, 2012). Dessa parceria surge um dos principais argumentos que justificam a Cooperação Sul-Sul. Os países do Sul têm enfatizado a necessidade de engajamento neste tipo de cooperação a fim de reduzir o grau de verticalidade nas suas relações externas e, assim, fortalecer o seu papel no sistema internacional (PUENTE, 2010). Decorre daí a ideia de que uma cooperação com maior nível de horizontalidade entre seus parceiros se torna mais eficaz por levar em conta a cultura e a realidade dos países do Sul.

A partir disso, tem ganhado força o discurso contrário às denominações comumente utilizadas pela cooperação tradicional, as quais fazem diferenciação entre países doadores (os países do Norte) e países receptores ou beneficiários (os países do Sul), determinando um caráter mais caritativo para a cooperação tradicional. Assim, o apelo à Cooperação Sul-Sul, reivindica, entre outras coisas, o reconhecimento dos países do Sul como parceiros do desenvolvimento, um termo que seria livre da conotação de verticalidade presente nas relações Norte-Sul (PUENTE, 2010).

Este reconhecimento mútuo como parceiros para o desenvolvimento decorre, especialmente, dos desafios comuns e das características semelhantes entre os países do

Sul, fatores essenciais para a ideia da Cooperação Sul-Sul como promotora do desenvolvimento sustentável. Na cooperação tradicional, muitas vezes, as particularidades dos países do Sul são desconsideradas nos esforços de cooperação devido ao desconhecimento da realidade do Sul a partir do ponto de vista dos países do Norte. Dessa forma, a tentativa de aplicar soluções do Norte para os problemas do Sul resulta em pouco, ou nenhum, resultado eficaz em termos de desenvolvimento, e menos ainda, em termos de sustentabilidade (PUENTE, 2010). O fato de os países do Sul terem vivenciado experiências semelhantes, enfrentado os mesmos desafios – como a pobreza, a desigualdade social e a degradação ambiental – e possuírem características muito parecidas – como solo e clima semelhantes – parece fazer da parceria entre os países em desenvolvimento uma boa oportunidade para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Entende-se, no entanto, que os fatores aqui mencionados – como uma identidade comum, as relações horizontais, e os desafios comuns e características semelhantes – podem ou não estar presentes entre países em desenvolvimento, impactando de formas diferentes nas relações Sul-Sul. Dois países emergentes não necessariamente compartilham uma mesma identidade, vivenciam as mesmas experiências ou enfrentam os mesmos desafios. O Sul é composto por países muito diversos e, mesmo entre eles, é possível perceber diferentes níveis de desenvolvimento. Ainda assim, deve-se observar que, apesar de existirem grandes diferenças entre os países do Sul, as diferenças entre o Sul e o Norte são ainda maiores.

Portanto, considerando o desenvolvimento sustentável em seus quatro pilares – econômico, ambiental, social e cultural – como uma prioridade nos países do Sul, e, ainda, a Cooperação Sul-Sul como um meio pelo o qual estes países compartilham experiências com base em seus desafios comuns e características semelhantes, entende-se a Cooperação Sul-Sul como um importante instrumento complementar na promoção do desenvolvimento sustentável.

4. Cooperação Brasil-África e o Desenvolvimento Sustentável: contribuições e desafios

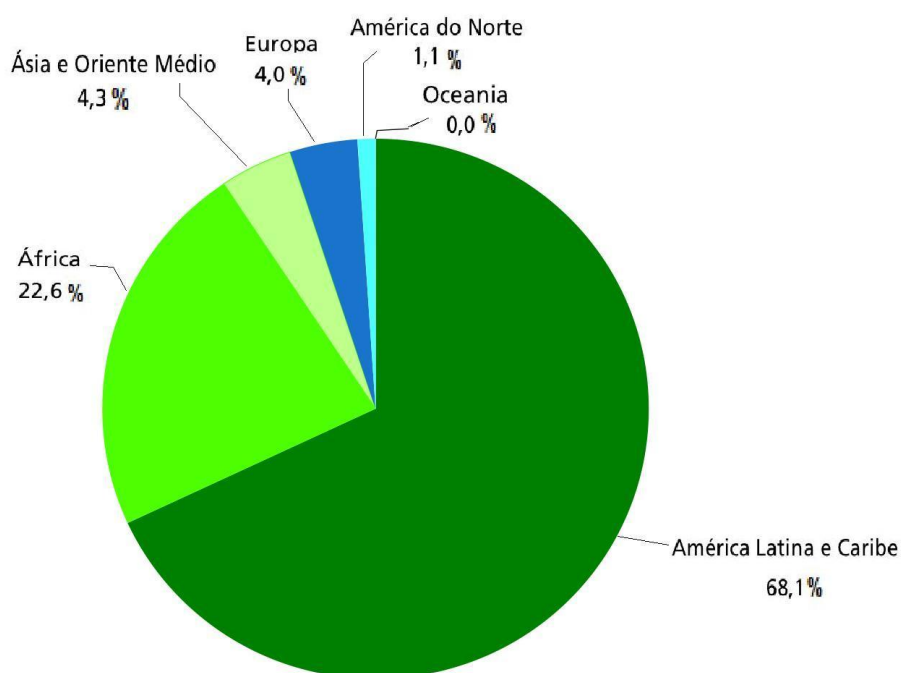
A ligação histórica entre o Brasil e a África é um dos fatores que fortalece os laços de cooperação entre as duas regiões, assim como, facilita a implementação de projetos com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável. Ambas as regiões compartilham um passado de colonização e escravidão com sérias consequências negativas, como miséria e capacidade institucional deficiente. O fato de o Brasil já ter superado diversos problemas que ainda são enfrentados pela África faz com que as soluções encontradas pelo Brasil possam ser úteis aos países africanos, uma vez que estes compartilham características semelhantes e desafios comuns (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

Foi a necessidade de fortalecimento e diversificação de sua política externa, assim como a busca por uma maior inserção internacional que levou o Brasil a adotar uma nova estratégia de parceria e cooperação para o desenvolvimento. Assim, nos últimos anos, e em especial durante o governo Lula (2003-2010) a política externa brasileira tem enfatizado a importância da Cooperação Sul-Sul e intensificado suas relações com os países africanos. Essa busca por relações horizontais com países do Sul revela interesses econômicos e políticos por parte do Brasil, mas pode ser uma boa oportunidade para o compartilhamento de informações e tecnologia e a promoção do desenvolvimento sustentável (DANTAS; ALBANO, 2013).

De acordo com os dados mais recentes divulgados pela Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI), a África tem sido a segunda região que mais recebe assistência do governo brasileiro por meio de projetos de cooperação para o desenvolvimento. Em 2010, 22,58% do total dos gastos do governo brasileiro com projetos de cooperação eram destinados à África. A América Latina e Caribe receberam 68,1% dos investimentos; a Ásia e o Oriente Médio, 4,28%; a Europa, 4,02%; a América do Norte, 1,05%; e a Oceania, 0,01% (IPEA; ABC, 2013, p.18).

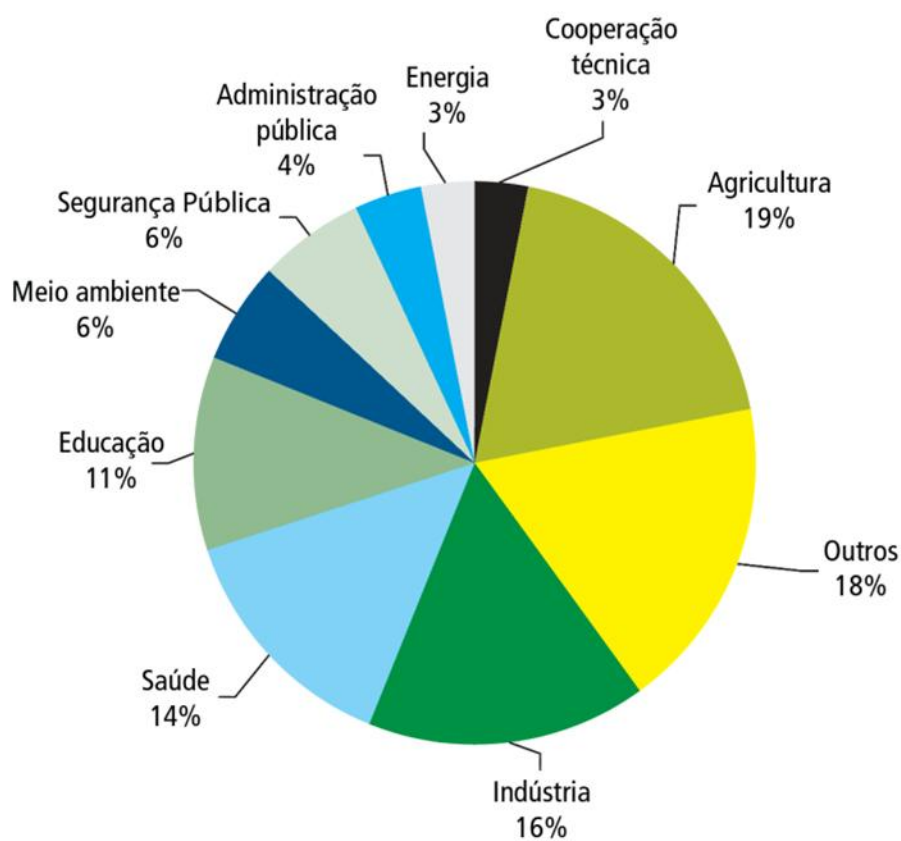
A principal área de atuação do Brasil em arranjos de Cooperação Sul-Sul é a da agricultura, seguida pelas áreas da indústria, saúde e educação. Já nas relações Brasil-África, as áreas que se destacam são: agricultura, saúde, formação profissionalizante e proteção social, além da área de energia, que tem se tornado outra prioridade na relação Brasil-África (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

Figura 2 – Gastos com a COBRADI em 2010, por região



Fonte: IPEA; ABC, 2013.

Figura 3 – Principais áreas de atuação do Brasil em arranjos de cooperação Sul-Sul, 2009



Fonte: ABC, 2009 apud BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011.

A cooperação para o desenvolvimento sustentável na área de agricultura entre o Brasil e a África tem uma grande relevância, uma vez que o Brasil é um dos líderes mundiais em agricultura tropical. Devido às semelhantes condições geológicas e climáticas das duas regiões, a tecnologia brasileira é facilmente adaptável às regiões da África, o que propicia a implementação de projetos conjuntos de pesquisa e cooperação técnica. Nos últimos anos, diversas reformas políticas levaram ao crescimento do setor agrícola brasileiro, o que foi acompanhado pelo aumento da inclusão social e redução da pobreza. A ideia, então, é levar esta experiência para países africanos que ainda sofrem com esses problemas, de forma a promover o desenvolvimento sustentável da região (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

As agendas da agricultura e do meio ambiente caminham juntas. Como uma grande consumidora de recursos naturais, a agricultura, se praticada de modo não sustentável, pode causar sérios problemas, como esgotamento de lençóis freáticos, poluição, exaustão de solos e mudança climática global (BANCO MUNDIAL, 2008), o que afeta não apenas o pilar ambiental do desenvolvimento sustentável, mas também os pilares econômico, social e cultural. Por isso, unir práticas de agricultura com políticas de sustentabilidade ambiental e inovações tecnológicas é um dos desafios que enfrentam os projetos de cooperação para o desenvolvimento. Neste sentido, a EMBRAPA, uma das principais instituições de pesquisa sobre agricultura tropical do mundo, desempenha um importante papel frente aos projetos de desenvolvimento agrícola do continente africano. Seus principais instrumentos de atuação na África são: os projetos estruturantes, a capacitação técnica⁵ e a Plataforma África-Brasil para a Inovação Agrícola⁶ (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

4.1. Projetos Estruturantes

Dentre os instrumentos de atuação da EMBRAPA, os projetos estruturantes constituem a parte mais fundamental da cooperação Brasil-África para o

⁵ A capacitação técnica se dá por meio dos Centros de Capacitação Técnica (CECAT), os quais contam com participação de parceiros africanos para oferecer cursos na área de agricultura para técnicos e pesquisadores de mais de 20 países africanos (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

⁶ Também conhecida como Mercado Agrícola Inovador, a Plataforma África-Brasil para a Inovação Agrícola foi criada em 2010 a fim de fortalecer as relações entre a EMBRAPA e os pesquisadores africanos. Por meio de um site exclusivo do programa, os pesquisadores podem propor projetos a serem implementados na África e, se selecionados, recebem até US\$80 mil para colocá-los em prática. Tal sistema promove a colaboração Sul-Sul e possibilita uma maior inovação no setor agrícola da África (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011).

desenvolvimento sustentável. Em todos eles deve haver uma preocupação com a identificação das características e necessidades locais, sendo essencial a consulta contínua a parceiros e à comunidade local de onde se está implementando o projeto. Outra importante característica dos projetos estruturantes realizados pela EMBRAPA em parceria com a ABC é a perspectiva de longo prazo. Por meio de centros de pesquisa e capacitação profissionalizante, busca-se fornecer à população local uma base sólida que permita o desenvolvimento pautado na sustentabilidade mesmo após o encerramento do projeto. (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011). A fim de analisar a relação entre a Cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento sustentável por meio da atuação brasileira em projetos estruturantes, serão analisados aqui dois importantes projetos agrícolas entre Brasil e África: o Projeto Cotton-4 (Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do Cotton-4); e o Projeto Pró-Savana (Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais em Moçambique).

4.1.1. Cotton-4

Iniciado em 2009, o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do Cotton-4 surgiu de um acordo entre o Brasil e a União Africana, por meio do qual os países membros do Cotton-4 – Chade, Mali, Burkina Faso e Benin – receberiam assistência para melhorar e diversificar o setor cotonícola (ALMEIDA, 2011). Para estes países, a produção de algodão é uma importante estratégia que contribui não apenas com seu desenvolvimento econômico, mas também com a redução da pobreza e a promoção da segurança alimentar na região (IFDC, 2013).

Nos últimos anos, houve um declínio da importância do algodão nas exportações dos países do C-4, com a crescente relevância das indústrias de ouro para Burkina Faso e Mali, assim como o "*boom*" de petróleo no Chade. Ainda assim, o algodão continua sendo a principal fonte de renda do C-4, representando um terço do total de algodão produzido pela África e 2% da produção mundial. O setor algodoeiro ainda é o maior gerador de empregos nos quatro países, com as companhias algodoeiras empregando em torno de quatro mil empregados permanentes e oito mil sazonais. Cerca de 900 mil unidades agrícolas estão envolvidas com a produção de algodão, provendo empregos para, aproximadamente, oito milhões de pessoas e meios de subsistência para 13 milhões de pessoas (incluindo crianças). Ademais, indústrias ligadas ao processo de

transporte e transformação do algodão também são importantes fontes de empregos. As taxas de pobreza e insegurança alimentar ainda são muito altas nos países do C-4, mas observa-se que são mais baixas do que nas regiões que não produzem algodão, por isso o algodão continua sendo um importante pilar para a redução da pobreza e para a promoção da segurança alimentar do C-4 (IFDC, 2013).

Tendo em vista a grande importância do setor algodoeiro para os países do Cotton-4 e frente à necessidade de aumentar a produção e a qualidade do algodão, iniciaram-se, em 2006, diversas reuniões entre o Brasil, Chade, Mali, Burkina Faso e Benin, a fim de discutir a situação da produção do algodão nesses países. A partir de então, foram organizadas missões técnicas encarregadas de identificar as reais necessidades do setor e planejar os detalhes da implementação de um projeto de cooperação para o desenvolvimento do setor cotonícola do Cotton-4 (ANUNCIATO, 2013). O projeto, então, teve início em 2009, contando com a parceria da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) – responsável pela coordenação do projeto – e da Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) – responsável pela execução do projeto. Além das instituições brasileiras, participaram, ainda, instituições co-executoras de cada um dos países do C-4: o Instituto Chadeano de Pesquisas Agrícolas para o Desenvolvimento (ITRAD); o Instituto de Economia Rural (IER), do Mali; o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas para o Desenvolvimento (INERA), de Burkina Faso; e o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas do Benin (INRAB) (ALMEIDA, 2011).

Assim, por meio deste projeto, esperava-se reverter a situação de declínio em que se encontrava a produção de algodão nos países do Cotton-4 (ANUNCIATO, 2013), buscando atuar, especialmente, nos pontos mais críticos, de acordo com a ABC: o controle biológico de pragas; o manejo integrado do solo; e a gestão de variedades do algodão. Além disso, deve-se destacar que a proposta do projeto visava não apenas a desenvolver economicamente os países do Cotton-4, mas, principalmente, a promover o desenvolvimento sustentável da região, observando-se os fatores econômicos, ambientais e de segurança alimentar (ABC, [2014]). O caso em questão é pertinente a esta pesquisa devido ao fato de o projeto estar alinhado com a proposta de cooperação técnica do governo brasileiro e ser pautado na sustentabilidade. Assim, o projeto foi além do desenvolvimento do setor algodoeiro, tendo por objetivo mobilizar centros de pesquisa e universidades, desenvolver o comércio e as condições de exportação, gerar empregos e distribuir renda, oferecer programas de capacitação, além de prezar pela redução de impactos negativos à saúde humana e ao meio ambiente (ALMEIDA, 2011).

A base do projeto era a capacitação e a transferência de tecnologia entre os atores envolvidos, devido à experiência do Brasil na produção de algodão em condições tropicais muito semelhantes às dos países do C-4. Foi a partir da década de 1990 que o Brasil passou a cultivar algodão no cerrado do Planalto Central, aumentando em muito a sua produtividade no setor. Os investimentos em pesquisa agropecuária foram essenciais para desenvolver tecnologias adequadas às condições de plantio do algodão no cerrado brasileiro, mudando o status do país de importador para exportador de algodão. Tal reviravolta na produção agrícola brasileira serviu como um verdadeiro propulsor da produção agrícola de países africanos com condições de clima e solo semelhantes aos do cerrado, como é o caso do C-4 (ALMEIDA, 2011).

Dessa forma, a capacitação técnica pode ser considerada um dos aspectos mais fundamentais do Cotton-4, e ocorreu por meio da realização de treinamentos nas áreas de melhoramento genético do algodão, plantio direto e manejo integrado de pragas. A fim de possibilitar essa troca de conhecimentos, foi revitalizada a Estação Experimental de Sotuba, em Bamako – capital do Mali –, sendo esta a Unidade Piloto de Pesquisa e de Demonstração de tecnologias inovadoras, além da criação de outras dez Unidades Demonstrativas nos quatro países do C-4. Os cursos foram, então, ministrados por pesquisadores da EMBRAPA na Estação Experimental de Sotuba e nas demais Unidades Demonstrativas, havendo, ainda, a visita de técnicos dos países do C-4 ao Brasil para treinamentos específicos nas instalações da EMBRAPA e de outras instituições parceiras (ALMEIDA, 2011).

4.1.1.1. Interesses das partes

Tanto o Brasil quanto os países do C-4 possuíam interesses na implementação do projeto de cooperação técnica para o desenvolvimento do setor algodoeiro, visando ao fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e das relações Brasil-África. Para os países do Cotton-4, o projeto foi benéfico pela transferência de tecnologia brasileira e treinamento de pesquisadores africanos nas unidades da EMBRAPA, aumentando a rentabilidade do cultivo do algodão e gerando mais empregos e renda para a população (ALMEIDA, 2011). Assim, o desenvolvimento da produção de algodão deveria impactar diretamente na redução da pobreza e na promoção da segurança alimentar dos países do C-4 (IFDC, 2013), contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

Já para o Brasil, assim como para qualquer país “doador”, segundo Puente (2010), puderam-se observar motivos declarados e motivos encobertos para a cooperação. Assim, de acordo com o discurso oficial, cooperou-se devido a motivos éticos, altruístas e humanitários – motivos declarados –; mas houve também os motivos políticos, geoestratégicos e econômicos – motivos encobertos (PUENTE, 2010). Dessa forma, além do discurso brasileiro de solidariedade com os países africanos, assumir um compromisso com o setor algodoeiro destes países podia estar mais relacionado aos seus interesses nos preços deste setor no mercado internacional (ALMEIDA, 2011).

Um importante interesse brasileiro no Cotton-4 estava relacionado à sua projeção internacional na Organização Mundial do Comércio, devido ao que ficou conhecido como Contencioso do Algodão. Desde 2002, o Brasil vinha enfrentando os Estados Unidos dentro da OMC por conta dos subsídios que o governo americano pagava ao setor algodoeiro, causando a depreciação dos preços do algodão no mercado internacional. Em 2009, a OMC deu a vitória ao Brasil no caso do Contencioso, demonstrando o impacto que projetos como o Cotton-4 podem ter em termos de credibilidade e aumento da competitividade tecnológica brasileira (ALMEIDA, 2011).

4.1.1.2. Desafios e contribuições

Apesar dos benefícios que o projeto Cotton-4 proporcionou aos países envolvidos, este, como todo projeto estruturante, também enfrentou dificuldades. Algumas delas foram o distanciamento na gestão administrativa do projeto; as diferenças de conhecimento técnico-científico entre os profissionais do C-4; além da baixa disponibilidade de especialistas nos países do C-4, o que comprometeria a propagação das ações implementadas pelo projeto. No entanto, tais desafios estão sendo considerados pelas instituições executoras do Cotton-4, especialmente pela EMBRAPA, que buscam enfrentá-los por meio de uma gestão mais integrada; uma maior rotatividade dos membros participantes dos programas de capacitação; e o acompanhamento da utilização da tecnologia transferida (ALMEIDA, 2011).

Entre as principais contribuições do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro do Cotton-4, pode-se destacar a abrangência de cinco países diversos – Brasil, Chade, Mali, Burkina Faso e Benin –; o envolvimento de diferentes atores, como centros de pesquisa e universidades; o desenvolvimento de uma agricultura pautada na sustentabilidade, não apenas em termos ambientais, mas em todos os seus

âmbitos, entre os quais, econômico, social e cultural; a alavancagem do potencial produtivo dos países do Cotton-4 e o conseqüente aumento da rentabilidade do cultivo do algodão; a transferência de conhecimentos e tecnologia por meio da capacitação técnica de pesquisadores dos países africanos; a redução da pobreza e a promoção da segurança alimentar no C-4; assim como a projeção internacional dos cinco países (ALMEIDA, 2011).

Dessa forma, o Projeto Cotton-4 pode ser considerado um projeto de sucesso tanto para o Brasil quanto para os países africanos, e os fatores que possivelmente contribuem para isso são o fato de o Brasil já ter experiência com o plantio de algodão, assim como tanto o Brasil quanto os países receptores possuem condições de clima e solo muito semelhantes, facilitando a transferência de tecnologia (ALMEIDA, 2011). Além disso, em um nível mais específico, o Brasil e os países do Cotton-4 compartilham desafios semelhantes no que diz respeito à produção do algodão, e em um nível mais geral, pode-se dizer que um desafio comum entre esses países seria o próprio desenvolvimento como objetivo final (ALMEIDA, 2011).

4.1.1.3. Resultados e segunda fase do projeto: Cotton-4 + Togo

A primeira fase do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos países do Cotton-4 se encerrou oficialmente no dia 7 de novembro de 2013, com um balanço muito positivo. As variedades brasileiras desenvolvidas pela EMBRAPA Algodão foram testadas na região africana e se mostraram igualmente produtivas e com um alto nível de qualidade. Produtores locais já estão utilizando as práticas de plantio direto introduzidas pelo projeto, prezando pela nutrição vegetal do algodão e de culturas associadas. Além disso, medidas de controle de pragas também já estão sendo implementadas de forma satisfatória, a partir do pleno funcionamento de um laboratório de criação insetos, os quais já vêm sendo utilizados pelos agricultores para o controle biológico de parasitas e a conseqüente redução do uso de inseticidas (EMBRAPA ALGODÃO, 2013). No entanto, chama-se a atenção para a falta de dados mais específicos acerca dos resultados do projeto em fontes que não sejam as oficiais. Tais resultados foram encontrados apenas em relatórios da EMBRAPA e da ABC e, portanto, não se deve descartar a presença de possíveis vieses.

Por fim, pesquisadores da EMBRAPA Algodão elaboraram uma coleção de oito volumes com o objetivo de compilar os avanços alcançados nos quatro anos de projeto,

assim como a experiência e os conhecimentos adquiridos por meio da parceria entre o Brasil e os países do Cotton-4 na produção de algodão. Esta publicação engloba o “Manual de Boas Práticas Agrícolas para o Algodão” – composta por três volumes – e a coleção “Troca de experiências sobre o algodoeiro” – composta pelos outros cinco volumes (EMBRAPA ALGODÃO, 2013).

Encerrada a primeira fase do projeto e tendo em vista o sucesso do mesmo, teve início, em 2014, a segunda fase do programa, que agora, além dos países do Cotton-4, conta também com a participação do Togo. Nesta nova etapa, o projeto passa a ser chamado de “Reforço tecnológico e difusão de boas práticas agrícolas para o algodão nos países do C-4 e Togo”, e tem por objetivo continuar aprimorando o desempenho da produção do algodão nos cinco países africanos (EMBRAPA ALGODÃO, 2013).

4.1.2. Pró-Savana

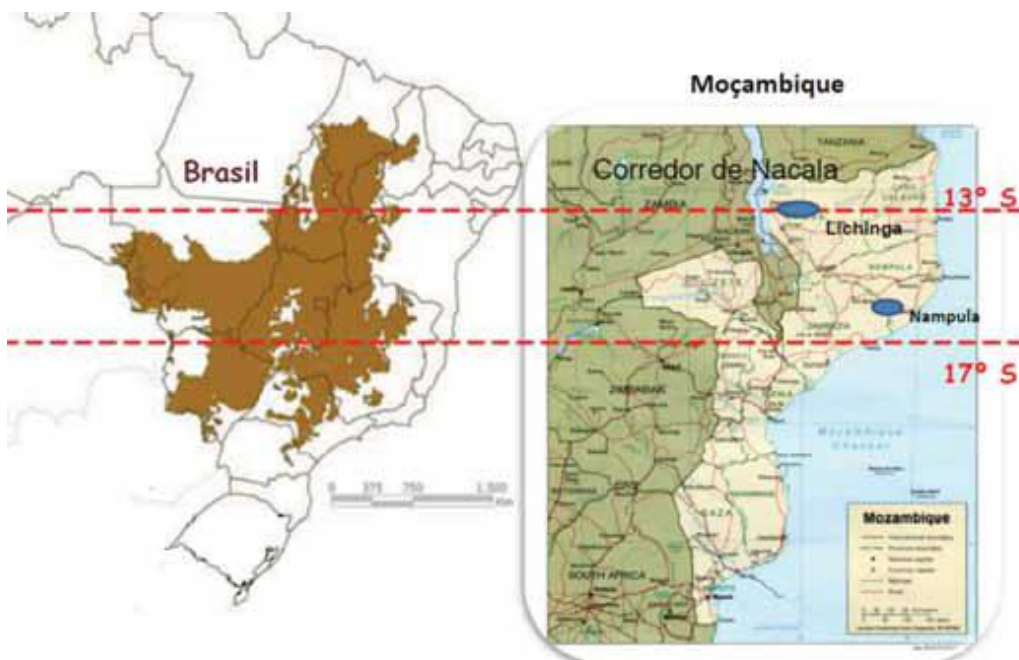
O Pró-Savana é um projeto de cooperação triangular, por meio do qual o Brasil atua juntamente com o Japão a fim de desenvolver o agronegócio em grande escala no norte de Moçambique (DANTAS; ALBANO, 2013). O acordo que deu origem ao projeto foi assinado, em 2010, pelo ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, pelo ex-primeiro ministro japonês Taro Aso, e pelo atual presidente moçambicano, Armando Guebuza (SHIGUTI, 2012). O projeto teve início, então, em 2011, e recebe recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Por parte do Brasil, o projeto é implementado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com previsão de término para 2016 (EMBRAPA, [2014b]).

Moçambique é o país africano que mais recebe assistência do Brasil por meio de projetos de cooperação, e um dos fatores que contribuem para isso é o idioma comum (MATEOS, 2011). Além disso, a estabilidade econômica e política de Moçambique é outro fator que facilita a implementação de projetos de cooperação (SHIGUTI, 2012). No caso do Pró-Savana, Moçambique foi escolhido para o projeto, principalmente, por suas características climáticas e agroecológicas semelhantes às do Cerrado brasileiro, onde já foi desenvolvido um projeto de desenvolvimento agrário nos mesmos moldes (UNAC, 2012). Este projeto desenvolvido no Cerrado foi resultado da parceria entre Brasil e Japão e serviu de inspiração para o Pró-Savana, com o objetivo de compartilhar

as técnicas e experiências adquiridas no Brasil para, aproximadamente, 400 mil pequenos e médios agricultores abrangidos pelo projeto em Moçambique (EMBRAPA, [2014b]).

A área compreendida pelo projeto é conhecida como Corredor de Nacala, que vai da região central até o norte de Moçambique e cujo bioma predominante é a Savana. O Corredor de Nacala abrange 14 distritos de Niassa, Nampula e Zambézia, e é previsto que mais de 14 milhões de hectares de terras sejam disponibilizados para empresas de agronegócio brasileiras. Tais terras seriam, então, utilizadas para o cultivo de soja, milho e outras culturas, e estes produtos seriam exportados por empresas transnacionais japonesas (DANTAS; ALBANO, 2011). Assim, por parte do Brasil, o projeto envolve a transferência de equipamentos e tecnologia, por meio da participação de empresas e produtores brasileiros, a fim de desenvolver a região de Savana, semelhante ao Cerrado brasileiro (CARVALHO, 2012). Já por parte do Japão, o projeto prevê o investimento na melhoria do porto de Nacala e a construção de uma estrada de, aproximadamente, 600 km para possibilitar o escoamento da produção (SHIGUTI, 2012).

Figura 4. Mapa comparativo do Brasil e Moçambique



Fonte: EMBRAPA apud BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011.

Dessa forma, o Pró-Savana foi idealizado como um projeto de desenvolvimento regional que visa aumentar a produção agrícola de Moçambique por meio do fomento à capacidade de pesquisa; da extensão rural; e da realização de investimentos em energia, armazéns e transportes. Com isso, objetiva-se fortalecer a inovação tecnológica e a competitividade do setor agrícola, aliando a geração de excedentes para a exportação com a promoção da segurança alimentar. Nesse contexto, de acordo com dados da EMBRAPA, o projeto abrange três componentes: I) melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrícola no Corredor de Nacala; II) implementação de projetos produtivos pilotos no âmbito da agricultura familiar e comercial; e III) plano diretor integrado de desenvolvimento agrícola da região do Corredor de Nacala (EMBRAPA, [2014a]). O discurso brasileiro promete cumprir as metas e os planos estabelecidos pelo Pró-Savana, incluindo a função social de suporte à subsistência da população moçambicana (CARVALHO, 2012), de forma a promover uma “agricultura regional com capacidade técnica para impulsionar o avanço da produção e da produtividade do meio rural em harmonia com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental” (EMBRAPA, [2014a]). No entanto, as fortes críticas que o projeto vem recebendo e os constantes protestos da sociedade civil revelam uma realidade bem diferente.

4.1.2.1. Críticas ao projeto

Apesar de ter como base um discurso de solidariedade e promoção do desenvolvimento sustentável de Moçambique, o Pró-Savana vem recebendo duras críticas quanto a sua implementação, uma vez que no Corredor de Nacala, vivem mais de quatro milhões de pessoas, as quais correm risco de perder suas terras devido ao projeto (JUSTIÇA AMBIENTAL et al., 2013). Da forma como o projeto está estruturado, é prevista a concessão das terras agricultáveis ao projeto por um prazo de 50 anos, prorrogável por mais 50. Tal medida desperta o temor na sociedade civil moçambicana de que o projeto sirva mais aos interesses das grandes corporações, em prejuízo dos pequenos agricultores e do interesse público (AFRICAFOCUS, 2013).

A União Nacional dos Camponeses (UNAC) de Moçambique aponta para o risco de que os camponeses tenham suas terras usurpadas, dando lugar às grandes plantações de empresas estrangeiras. Além disso, o projeto não traz aumento das reservas alimentares para as famílias camponeses moçambicanas, e ainda prevê o uso de

sementes geneticamente modificadas, o que prejudicaria o crescimento sustentável do setor (CARVALHO, 2012).

Visando o aumento da produtividade por meio da agricultura intensiva e extensiva, o Pró-Savana desconsidera a cultura e o meio de vida da população local, que pratica a agricultura familiar e produz alimentos apenas para os mercados locais e regionais. O projeto quer exportar para Moçambique o modelo utilizado no cerrado brasileiro, mas, mesmo no Brasil, tal modelo, apesar de gerar riqueza, não serviu para distribuir renda. Dessa forma, a tendência é que empresas brasileiras e japonesas tomem o controle das terras, desenvolvam grandes unidades agrícolas aproveitando-se da mão de obra barata e exportem a maior parte da produção, o que será prejudicial para milhões de moçambicanos (DANTAS; ALBANO, 2013).

Além disso, todo o processo de desenvolvimento do Pró-Savana está sendo caracterizado pela falta de transparência, de consultas públicas e de participação da sociedade civil. Ao contrário, os três governos – Brasil, Japão e Moçambique – se recusaram a divulgar o “Plano Master” do projeto, que contou com a participação de um grupo de consultores estrangeiros ligados a corporações multinacionais do agronegócio, desconsiderando a história, o conhecimento e as aspirações futuras da comunidade local (JUSTIÇA AMBIENTAL et al., 2013). Para a UNAC, o projeto não passa da imposição de uma cultura de agronegócio que não condiz com a realidade local, não levando em consideração as preocupações básicas dos camponeses, e alerta para o surgimento de sérios problemas, como comunidades sem terra, pobreza, corrupção e destruição do meio ambiente (DANTAS; ALBANO, 2013).

4.1.2.2. Perspectivas futuras

Com previsão de término somente para 2016, e diante das informações escassas e controversas, não é possível afirmar com precisão se o Pró-Savana obterá sucesso em promover o desenvolvimento da região do Corredor de Nacala pautado nos pilares da sustentabilidade, ou se constituirá um exemplo de fracasso. Mas, certamente, o projeto enfrentará obstáculos, especialmente, a insatisfação da sociedade civil moçambicana.

Em documento assinado por diversos grupos da sociedade civil – como ONGs, associações e a própria UNAC –, tais grupos preveem que, se o planejamento do Pró-Savana não for alterado, o resultado será a marginalização dos pequenos agricultores e a destruição da tradicional agricultura familiar e do meio ambiente. As grandes

beneficiárias serão as corporações multinacionais do agronegócio, que terão controle sobre as terras, a produção e a comercialização do que for produzido, além das companhias de pesticidas e fertilizantes, as quais terão uma expansão massiva sobre a agricultura de Moçambique. Por fim, a elite moçambicana também poderá lucrar com o projeto, em prejuízo das classes mais baixas (JUSTIÇA AMBIENTAL et al., 2013).

Assim, diferente do Cotton-4, o Pró-Savana não tem se mostrado eficaz quanto a nenhuma de suas propostas, ignorando os pilares básicos para a promoção do desenvolvimento sustentável. Mostrou-se relevante a esta pesquisa, uma vez que, contrariando o discurso de sustentabilidade e falhando em todos os âmbitos aqui considerados – econômico, ambiental, social e cultural –, revela-se um caso de projeto estruturante em que o desenvolvimento sustentável não vem sendo priorizado.

5. Conclusão

O conceito de desenvolvimento sustentável trazido pelo Relatório Brundtland continua sendo o mais utilizado nos estudos de sustentabilidade. A preocupação com as gerações futuras e os pilares que embasam o Relatório – o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social – passaram a fazer parte dos debates acerca do desenvolvimento sustentável (ROMEIRO, 2012). Outras esferas são consideradas por diferentes autores, como as esferas política, ecológica ou territorial. No entanto, para efeitos de definição, optou-se por tomar como base desta pesquisa os três pilares de Brundtland – econômico, ambiental e social –, além do pilar cultural, considerado, aqui, fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável. Em relação ao pilar cultural, destaca-se a importância de se pensar a cooperação para o desenvolvimento sustentável levando-se em conta as particularidades históricas e culturais de cada sociedade, assim como a substituição de uma cultura de consumo por uma cultura de sustentabilidade.

A Cooperação Sul-Sul, entendida como um “mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes em resposta a desafios comuns” (PNUD, 2012), pode, então, ser vista como um importante instrumento nos esforços de promover o desenvolvimento sustentável e deve ser um recurso utilizado pelos países do Sul de forma a complementar a Cooperação Norte-Sul. As características semelhantes e os desafios comuns compartilhados por esses países se mostram fatores essenciais para a Cooperação Sul-Sul, a qual pode promover o desenvolvimento, se não totalmente, mas em sua maior parte, sustentável, na medida em que respeitar os costumes e a cultura das comunidades locais, levar em conta suas necessidades, utilizar técnicas e tecnologias ambientalmente sustentáveis, possibilitar maiores índices de qualidade de vida e, acima de tudo, oferecer as bases para que os países receptores possam continuar os projetos de forma autônoma.

No entanto, apesar de objetivar um caráter mais horizontal nas relações entre os países emergentes, a Cooperação Sul-Sul, muitas vezes, reproduz a verticalidade da cooperação tradicional. Além disso, com base nos dados analisados, fica claro que nem todos os projetos de Cooperação Sul-Sul estão comprometidos com a promoção do desenvolvimento sustentável, podendo ser, até mesmo, prejudiciais para os países que recebem a “assistência”.

Dessa forma, tendo em vista a bibliografia utilizada e os projetos de cooperação analisados, pode-se concluir que o desenvolvimento sustentável, além de ser um cenário que ainda não se concretizou por completo, encontra-se muito longe de ser alcançado. Muitos são os desafios enfrentados pela sociedade moderna, sendo imprescindível o comprometimento de todos os setores da sociedade, assim como o estabelecimento de novos parâmetros de comportamento (BATISTA; ALBUQUERQUE, 2007).

Ademais, projetos como o Pró-Savana vão de encontro à ideia da Cooperação Sul-Sul como promotor do desenvolvimento sustentável, e mesmo projetos como o Cotton-4 enfrentam desafios que ainda precisam ser superados. A relação Brasil-África, abordada por este trabalho, ainda é marcada pela falta de informações e de conectividade, tanto nas comunicações como nos transportes, o que se apresenta como um obstáculo à eficácia dos projetos de Cooperação Sul-Sul (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011). Ambos os projetos foram escolhidos por representarem exemplos opostos de como a Cooperação Sul-Sul pode tanto ser benéfica, quanto prejudicial, a depender dos interesses envolvidos. Assim, apesar da dificuldade de se encontrar dados acerca de sua implementação e resultados, as análises do Cotton-4 e do Pró-Savana foram de grande importância para se entender melhor a relação entre a Cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento sustentável e perceber os obstáculos que ainda existem nessa relação.

6. Referências

AFRICAFOCUS. *Mozambique: Agriculture Project Challenged*. AfricaFocus Bulletin, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.africafocus.org/docs13/moz1306.php>>. Acesso em: 5 set. 2014.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Histórico da Cooperação técnica Brasileira*. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

_____. *Programa de apoio ao desenvolvimento do setor cotonícola dos países do Cotton-4*. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Cotton4>>. Acesso em: 5 set. 2014.

ALMEIDA, B. M. *O Projeto Cotton-4 – “Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro dos Países do Cotton-4”*. Trabalho de conclusão de curso (Especialização), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2011.

ANUNCIATO, R. O. *A atuação da Embrapa no Projeto Estruturante para o Cotton-4: a influência da Cooperação Sul-Sul na Política Externa Brasileira*. Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI). Porto Alegre, mai. 2013.

ARAÚJO, R. R. *O Sul como Norte: A Inflexão da Política Externa Brasileira no Início do Século XXI*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2013.

ASSADOURIAN, E. *Reconstruindo Culturas para Criar uma Civilização Sustentável*. In: THE WORLDWATCH INSTITUTE. *Estado do Mundo 2013: A Sustentabilidade Ainda é Possível?* Salvador: Uma Ed., 2013.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008: Agricultura e Meio Ambiente*. 2008.

BANCO MUNDIAL; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA (IPEA). *Ponte sobre o Atlântico – Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento*. 2011.

BARBOSA, G. S. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Revista Visões 4ª Ed., no. 4, vol. 1, jan./jun. 2008.

BATISTA, I. H.; ALBUQUERQUE, C. C. *Desenvolvimento sustentável: novos rumos para a humanidade*. Revista Eletrônica Aboré, Escola Superior de Artes e Turismo, 3ª Ed., 2007.

CARVALHO, W. *Camponeses moçambicanos desconfiam do projeto ProSavana*. DW, 12 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.dw.de/camponeses-moçambicanos-desconfiam-do-projeto-prosavana/a-16372527>>. Acesso em: 5 set. 2014.

DANTAS, G. F.; ALBANO, G. P. *Cooperação Técnica Brasileira para a Agricultura no Continente Africano*. Encuentro de Geógrafos de América Latina. Peru, 2013.

DIEGUES, A. C. S. *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas*. São Paulo em Perspectiva, no. 6 (1-2), p. 22-29, jan./jun. 1992.

DUNDA, F. F. E. *Cooperação Sul-Sul em Saúde como Soft Power no governo Lula (2003-2010)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

EMBRAPA ALGODÃO. *Cotton-4 encerra primeira fase e nova etapa passa a integrar o Togo*. 11 Nov. 2013. Disponível em: <http://www.cnpa.embrapa.br/noticias/2013/noticia_20131111.html>. Acesso em: 3 out. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Moçambique: Apoio ao Sistema de Inovação no Setor Agropecuário*. Disponível em:

<<http://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/files/2014/02/Mocambiqueprosavana.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2014a.

_____. *ProSavannah*. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/en/prosavana>>. Acesso em: 5 set. 2014b.

ENGELMAN, R. *Além do blabláblá da sustentabilidade*. In: THE WORLDWATCH INSTITUTE. Estado do Mundo 2013: A Sustentabilidade Ainda é Possível? Salvador: Uma Ed., 2013.

ESTENDER, A. C.; PITTA, T. T. M. *O conceito do desenvolvimento sustentável*. Revista Terceiro Setor, v. 2, n. 1, 2008.

GALLO, E. et al. *Saúde e Economia Verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza*. Ciência e Saúde Coletiva, v. 17, n. 6, p. 1457-1468. Jun. 2012.

GARDNER. *Conservando Recursos Não-renováveis*. In: THE WORLDWATCH INSTITUTE. Estado do Mundo 2013: A Sustentabilidade Ainda é Possível? Salvador: Uma Ed., 2013.

INOUE, C. Y. A.; VAZ, A. C. *Brazil as 'Southern donor': beyond hierarchy and national interests in development cooperation?* Cambridge Review of International Affairs, 25:4, 507-534, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010*. Brasília: IPEA: ABC, 2013.

INTERNATIONAL FERTILIZER DEVELOPMENT CENTER (IFDC). *Linking Cotton and Food Security in the Cotton-4 (C-4) Countries*. IFDC Report, v. 38, n. 31, 2013. Disponível em: <http://www.ifdc.org/About/IFDC_Articles/Linking-Cotton-and-Food-Security-in-the-Cotton-Fou/>. Acesso em: 29 ago. 2014.

JUSTIÇA AMBIENTAL et al. *Leaked ProSAVANA Master Plan confirms worst fears*. 30 abr. 2013.

KLEMIG, M. C. G. *Ausência de Condicionalidades e outros Princípios em Cooperação Sul-Sul Brasileira para o Desenvolvimento Econômico: Motivações, Interesses e Perspectivas*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, mai. 2014.

LAMIM-GUEDES, V. *Consciência negra, justiça ambiental e sustentabilidade*. *Sustentabilidade em Debate*, v. 3, p. 223-238, 2012.

LEACH, M. *Caminho para a Sustentabilidade: Construindo Estratégias Políticas*. In: THE WORLDWATCH INSTITUTE. *Estado do Mundo 2013: A Sustentabilidade Ainda é Possível?* Salvador: Uma Ed., 2013.

MARCONATTO, D. A. B. et al. *Saindo da trincheira do desenvolvimento sustentável: uma nova perspectiva para a análise e a decisão em sustentabilidade*. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, vol. 14, no. 1. São Paulo, jan./fev. 2013.

MATEOS, S. B. *Cooperação Internacional – Ajuda ao próximo e ao distante*. *Desafios do Desenvolvimento*. Ano 8, ed. 65. 05 mai. 2011.

MENDONÇA JÚNIOR, W. *Política Externa e Cooperação Técnica: As relações do Brasil com a África durante os anos FHC e Lula da Silva*. Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2013.

MOORE, J; REES, W. E. *Passando a Viver com Apenas um Planeta*. In: THE WORLDWATCH INSTITUTE. *Estado do Mundo 2013: A Sustentabilidade Ainda é Possível?* Salvador: Uma Ed., 2013.

PINO, B. A; LEITE, I. C. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Contribuições e Desafios*. *Meridiano 47*, n. 113, p. 17-18, dez 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).
Cooperação Sul-Sul. 2012. Disponível em:
<<http://www.pnud.org.br/CooperacaoSulSul.aspx#>>. Acesso em: 30 mai 2013.

_____. *The Buenos Aires Plano of Action*. The Special Unit for TCDC. Nov. 1994.

PUENTE, C. A. I. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período de 1995-2005*. Brasília: FUNAG, 2010.

RAMPHEL, S. S. *South-South: Parameters and Pre-Conditions*. Third World Quartely, Vol. 4, n. 3, p. 460-466. Taylor & Francis, Ltd, jul 1982.

REYNOLDS, J. *Difference between Developing Countries and Emerging Countries*. Disponível em: <http://www.ehow.com/info_10002682_difference-between-developing-countries-emerging-countries.html>. Acesso em: 15 dez. 2014.

ROMEIRO, A. R. *Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica*. Estudos Avançados, v. 26, n. 74, p. 65-92. São Paulo, 2012.

SHIGUTI, A. *Pró-Savana: Missão liderada por Luiz Nishimori embarca para Moçambique*. Jornal Nippak, 9 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.portalnikkei.com.br/pro-savana-missao-liderada-por-luiz-nishimori-embarca-para-mocambique/>>. Acesso em: 5 set. 2014.

SOBRINHO, C. A. *Desenvolvimento Sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”. Marília, mar. 2008.

SUYAMA, B.; LEITE, I. *De Transferência para Trocas Iguais: Avançando o Papel do Conhecimento do Sul na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. In: PERCH, L. et al. *Poverty in Focus: O Papel da Cooperação Sul-Sul no Desenvolvimento Agrícola Inclusivo e Sustentável*. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, p. 41-44, 27 mar. 2013.

UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES DE MOÇAMBIQUE (UNAC). *Pronunciamento sobre o Programa Pró-Savana*. Nampula, 11 out. 2012. Disponível em:

<http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7761:social241012&catid=71:social&Itemid=180>. Acesso em: 5 set. 2014.

VIEIRA, S. C. *Desenvolvimento Sustentável: a evolução do conceito*. 2008. Disponível em: <<http://www.airesadv.com.br/Default.aspx?Tabid=56&ItemID=344068>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

WASSERMANN, R. *Classificação de desenvolvimento dos países reflete falta de critério unificado*. 27 set. 2010. Disponível em: <http://www.ehow.com/info_10002682_difference-between-developing-countries-emerging-countries.html>. Acesso em: 15 dez. 2014.

WHITACKER, G. M. *Sobre o discurso ideológico do desenvolvimento sustentável e a reprodução do modo capitalista de produção*. Bol. Goia. Geogr. (Online). Goiânia, vol. 33, no. 1, p. 83-99, jan./abr. 2013.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our Common Future*. 4 ago. 1987.

ZANELLA, C. K. *A Cooperação Sul-Sul em Ação: Análise dos Impactos Socioeconômicos e Ambientais do Centro de Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos de Carrefour Feuilles (Porto Príncipe – Haiti)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.